



## Provesende: identidade de uma aldeia vinhateira

M á r c i a S a n t o s B a r r o s \*

A aldeia de Provesende insere-se dentro dos limites da Região Demarcada do Douro, outrora sede de concelho, hoje freguesia integrante do Concelho de Sabrosa. Este espaço geográfico, marcadamente rural ao longo da sua história, apresenta particularidades e características únicas que permitiram o aparecimento da exploração vitivinícola. O objectivo deste trabalho é pois o conhecimento das arquitecturas geradas pela produção do vinho do Porto, analisando o seu passado e a sua estrutura funcional, tendo também em consideração o seu estado actual e o seu valor patrimonial como documento de memória histórica e cultural, de uma freguesia do Douro.

Em última análise, além do conhecimento destas arquitecturas, pretende-se o reconhecimento do seu inegável valor como património essencial para perpetuar a sua memória histórica, contribuindo para a tomada de consciência da necessidade de salvaguarda, de preservação e de reabilitação das múltiplas arquitecturas de Provesende.

### **1. Provesende: contextualização história e geográfica**

Provesende é hoje uma das freguesias do concelho de Sabrosa, distrito de Vila Real, integra a Região Demarcada do Douro, mais precisamente na área do Cima Corgo<sup>1</sup>.

---

\* Pós-Graduada em Recursos Patrimoniais pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<sup>1</sup> O Baixo Corgo estende-se de Barqueiros até ao rio Corgo; o Cima Corgo deste ponto até ao Cachão da Valeira e o Douro Superior do Cachão até Barca d'Alva.

O núcleo habitacional está implantado num planalto na margem direita do Rio Pinhão, sobranceiro ao Monte de S. Domingos, dista cerca de 5 km do Rio Douro. Confina a Norte e Este com as freguesias de Vilarinho de S. Romão, Celeiros e com o Rio Pinhão; a Poente com a freguesia de Paços; a Sul faz limite com Gouvães e a Sudeste com a de S. Cristóvão de Douro. Aquando da candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial, Provesende fica fora do perímetro da classificação por parte da UNESCO.

A aldeia vinhateira de Provesende é detentora de um longo percurso histórico, documentado desde os inícios da época medieval. Dotada de um vasto património edificado sentenciado à ruína, Provesende foi uma das mais importantes e promissoras Vilas do Alto Douro. Nos últimos anos do séc. XIX e início do séc. XX, alguns estudiosos locais<sup>2</sup> apontam a fundação de Provesende para épocas anteriores, assim parece confirmar uma série de vestígios arqueológicos.<sup>3</sup> As referências mais antigas a esta localidade constam num documento de 1128, assim referenciado nas Memórias Paroquiais de 1758: *“Tem termo próprio, e nelle couto concedido pello Senhor Rey D. Afonso Henriques em hua doação q fez ao presbítero Nuno e seus companheiros que viviao com grande edificação do mundo em hum convento próximo a Ermida e naquelle tempo Igreja de S. Marinha esta doação foi feita no anno de 1128. Como consta de certo Livro intitulado o Livro da fé folhas 139v o qual Livro se conserva no archivo da Sé primacial.”*<sup>4</sup> O autor José Lencastre na sua obra, menciona duas doações elaboradas na primeira metade do séc. XII, referentes ao Couto de Provesende: *“Doação de Uermudo Dautiz e m., à Sé de Braga – herdades em Villar de Proucendo (1102. Nov. 06)”*<sup>5</sup> e *“Doação de D. Afonso Henriques, a Nuno Gonçalves, presbítero – couto da ermida de Santa Marina, no lugar de Vilarium, determinando os seus limites pelo rio Pinione, Provezendí, Fonte de Ceruos, etc. (1140. Abril. 10)”*<sup>6</sup>

<sup>2</sup> Como por exemplo José Augusto Pinto da Cunha Saavedra, Dr. José Pinto da Cunha Saavedra ou Dr. Jerónimo da Cunha Freire Botelho.

<sup>3</sup> A presença castreja no monte de S. Domingos; as sepulturas e fonte junto da Igreja de Santa Marinha; assim como algumas moedas romanas e epígrafes encontradas pela população local e o desaparecido cemitério lusitano-romano localizado na Quinta da Relva (protecção: IIP, Dec. Nº30 762, DG 225 de 26 Setembro 1940; Dec. Nº 30 838, DG 254 de 1 de Novembro 1940 e Dec. nº 34 452, DG 59 de 20 de Março 1945).

<sup>4</sup> IAN/TT, Dicionário Geográfico, L. 30, fl. 1977.

<sup>5</sup> LENCASTRE, José de – *A vitivinicultura através de alguns documentos medievais de arquivos portugueses (sécs. IX a XV). Subsídios para um estudo*. Edição do Instituto do Vinho do Porto, Porto, 1953, p. 101.

<sup>6</sup> Idem, *ibidem* p. 209.



Com base no trabalho do Padre Avelino J. da Costa, referente à organização da diocese de Braga, foi-nos possível traçar de um modo sistemático uma cronologia para Provesende: “ 1102, doação à Sé «*in villa quam vocitant villar de Provecendo*» (DP., III, nº 88); 1115, pascoal II confirma ao arcebispo de Braga «*cautum de Provescendi*» (papsturkunden, p. 166); 1140, carta de couto «*vobis domno Nuno presbítero ac vestri congregationi (...) cautum ad eremita Sanctam Marine (...) in loco qui vocatur Vilarium (...) in foze de Fontano que intrat in Pinione inter Sancti Christofori et Sancti Johanni et inde quomodo ascendit per capita montium a linde Provezendi id sub fonte de Cervos quomodo concludet Provezendini*» (DR., I, nº 176); 1142, o presbítero Nuno faz doação à Sé «*in Pannonias in loco ubi vocitant illa heremita de Sancta Marina discurrentibus aquis de Pinion in Dorium (...) ecclesiam de Sancta Marina cum totó suo cauto*» (L. Fidei, docs. 521 e 803); 1144 – D. João Peculiar concede carta de Foral «*populatoribus illius cauti de Sancta Marina*» (Col. Cron., cx. 1, doc. 13, or (?) car.); 1220, «*De Sancta Marie de Provesindi*»; 1290, «*Freeguysia de Sancta Maria de Provesendi*»; 1320, «*Ecclesia Sancte Marine de Provesendi ad octuaginta libras*»; 1371, «*Ecclesia de Perovessendi ( c) in primo triennio V libras*»; 1528, «*Provesende câmara do arcebispo*».<sup>7</sup>

Assim podemos desde já tecer algumas conclusões, durante a época medieval Provesende foi Couto da Sé de Braga até ao ano de 1834. A sua fundação terá ocorrido em data incerta, uma vez que não se conhece documentação anterior.<sup>8</sup>

A conceituada *Villa de Provezende* atinge o seu auge no séc. XVIII, com o desenvolvimento económico em torno da cultura vinícola e com a fixação de famílias nobres na vila. Em 1758, segundo as Memórias Paroquiais, Provesende contava com: “ (...) *cento e sesenta fogos ou vizinhos e septecentos e sincoenta pessoas*.”<sup>9</sup> Perante este fervilhar de população, questionamo-nos acerca do impacto da vitivinicultura em Provesende. A arqueologia tem demonstrado que a produção de vinho na região duriense remonta à época romana, assim testemunham alguns dos achados, como por exemplo os lagares escavados na rocha no concelho de Alijó. A cultura vitivinícola ganhou maior peso no Douro, durante a época medieval com a fixação das ordens monásticas na região, são exemplo os mosteiros pertencentes à

<sup>7</sup> COSTA, P.º Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra 1959, p. 166.

<sup>8</sup> Sendo de realçar a lenda de “Zaide”, filho de um rei mouro, ao qual se atribui a origem do topónimo Provesende (Pobre Zaide). Também referida pelo pároco Francisco Xavier Teixeira de Magalhães e Lacerda nas Memórias Paroquiais. IAN/TT, Dicionário Geográfico, L. 30, fl. 1979.

<sup>9</sup> IAN/TT, Dicionário Geográfico, L. 30, fl. 1977.

Ordem de Cister.<sup>10</sup> Como podemos constatar a produção de vinho na região do Douro à muito que se encontrava enraizada, o grande impulso derivou das ligações comerciais entre Portugal e a Inglaterra, formalizadas através do Tratado de Methuen em 1703. O mercado britânico torna-se o principal consumidor do vinho produzido nas encostas do Douro.<sup>11</sup> O aumento da procura da nova qualidade de vinho, fomenta a proliferação de socalcos para a plantação de novas vinhas, num curto espaço de tempo, a paisagem duriense vai ganhando novos contornos.<sup>12</sup> O cultivo de vinha passa a dominar a região, Provesende não é uma excepção, como refere o pároco Francisco Xavier Teixeira de Magalhães e Lacerda nas Memórias Paroquiais: *“he o vinho o fruto mais abundante q se recolhe em Provezende he de vinho branco o mais sellete por doce, claro, activo e generoso, entre vinho tinto e branco que se colhe nestas (...) anno por outro levara o dizimo cento e vinte e sinco pipas mais ou menos poucas.”*<sup>13</sup> Ao contrário do que acontecia em outras regiões do Douro<sup>14</sup>, em Provesende a produção de vinho não era representativa de uma monocultura. Recorremos mais uma vez as Memórias Paroquias para o comprovarem: *“tem algum pam, pouco, tem abundante azeite, tem m. tas castanhas e mais frutas todas m. to gostosas.”*<sup>15</sup>

Em 1756 é fundada a Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro, esta instituição vai criar a primeira região demarcada<sup>16</sup>. Esta visava dividir as propriedades pela qualidade da sua produção vinícola. Os vinhos eram então classificados em dois grupos, a saber: os de feitoria (utilizados para exportação) e os de ramo (de qualidade inferior, destinavam-se ao consumo interno). Assim foram elaborados mapas com a marcação e respectivo tipo de produção.

<sup>10</sup> Mosteiro de S. João de Tarouca, Mosteiro de Santa Maria de Salzedas ou Mosteiro de S. Pedro das Águias.

<sup>11</sup> A designação de “vinho do Porto” é utilizada pela primeira vez em 1675, por Duarte Ribeiro Macedo ao referir o envio deste vinho para a Holanda, no seu Discurso sobre a introdução das Artes no Reino. FERREIRA, Natália Maria Favrelle da Costa – *Quintas do Douro – As Arquitecturas do Vinho do Porto*. Dissertação de Mestrado em Historia da Arte, Porto: FLUP, 1999, p. 20.

<sup>12</sup> A abertura do Cachão da Valeira em 1792 vai permitir ao longo do séc. XIX, a expansão das vinhas.

<sup>13</sup> IAN/TT, Dicionário Geográfico, L. 30, fl. 1979.

<sup>14</sup> A monocultura vinícola teve maior incidência em algumas zonas dos concelhos de Lamego e Santa Marta de Penaguião.

<sup>15</sup> IAN/TT, Dicionário Geográfico, L. 30, fl. 1979.

<sup>16</sup> Findo o período pombalino, caracterizado pela rigidez e austeridade no Douro mas com bons resultados, iniciam-se as demarcações marianas, entre 1777-1786.



Como podemos constatar através dos mapas das demarcações, Provesende vai melhorando a sua produção vitivinícola. Em 1757 Provesende produzia *vinho branco de feitoria* e *vinho de 19\$200 reis*.<sup>17</sup> No ano seguinte, a produção é de *vinho branco de feitoria e de tinto de 15\$000 reis* e de *10\$500 reis*.<sup>18</sup> Em 1761 o mapa das demarcações apresenta a zona de Provesende como produtora de *vinhos de feitoria*<sup>19</sup> predominantemente. Qual o factor que pode ter contribuído para este facto? Pensamos que esteja relacionado com um aumento da área de cultivo de vinha, assim como um maior investimento na qualidade de produção.

Com o liberalismo a região duriense vai sofrer uma profunda reestruturação, parte da nobreza duriense encontra-se na falência, o mesmo acontece com as ordens religiosas ao serem extintas. A reestruturação que falamos está relacionada com a fragmentação da propriedade fundiária, mas também com a chegada dos burgueses agora proprietários dos bens e títulos da aristocracia arruinada. Esta *burguesia endinheirada* vai trazer para as vilas, como Provesende, novos hábitos e gostos, patentes nas suas habitações. Em 1834, com a reforma administrativa, Provesende sobe a concelho, com as freguesias de S. Cristóvão do Douro, Gouvães do Douro, Pinhão, Covas do Douro, Gouvinhas e Paradela de Guiães.

Para além de todas as mudanças sociais e administrativas, o séc. XIX vai ser para o Douro um período negro. A região duriense é fustigada por uma série de doenças nas vinhas que irão levar inúmeras famílias à falência e consequente abandono da terra como fonte de rendimento e de residência. Nos finais séc. XIX é fundada em Provesende, uma escola de “enxertadores” para combater a filoxera, sob a alçada de Joaquim Pinheiro de Azevedo Leite Pereira, que contribuiu para a revitalização da actividade vitivinícola na região após a filoxera. Em 1853 é extinto o concelho de Provesende, passando Sabrosa a sede de Concelho, iniciando-se o processo declínio de Provesende.

Em suma são várias as grandezas que transformaram esta freguesia num espaço significativo da história do Douro e do Vinho do Porto, desde a dimensão histórica,

<sup>17</sup> FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da – *As demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto, Instituto do Vinho do Porto, 3 vols., 1949-1951, p. 30: “Terrenos que produzem o vinho bom de ramo com o preço de 19\$200 reis, para se vender a 30 reis ao Ramo, e se embarcar para o Brazil e Lisboa, quando houver falta de vinho fino, (este mesmo preço compreende o vinho demarcado para Feitoria que for refogado pelos ingleses não sendo gordo ou avinagrado) do rio Douro para o Norte e Sul.”

<sup>18</sup> Idem, ibidem, p. 30: “Vinho de ramo para o preço de 15\$000 reis que se deve vender a vinte e cinco reis. Vinho de 10\$500 reis para se vender a preço de vintém.”

<sup>19</sup> Idem, ibidem, p. 30: “Terrenos que devem demarcasse com a cor vermelha, sendo os que produzem o vinho de feitoria, que vulgarmente se chama fino, do rio Douro para Norte, e para Sul.”

como já foi referido anteriormente, ao acervo patrimonial que inclui para além de uma arquitectura erudita e religiosa, uma arquitectura vernacular.

Para além da evolução histórica e social que referimos anteriormente, também foram introduzidas mudanças no tecido fundiário, a filoxera e outras enfermidades deixaram as suas marcas na paisagem de todo o Douro. Ainda hoje se encontram áreas que permanecem incultas, os mortórios.

Hoje em dia torna-se cada vez mais urgente a necessidade de recuperar a paisagem, com o intuito de intervir na falta de ordenamento biofísico e paisagístico do território.

As construções de modo arbitrário, a exploração agrícola imprópria, os depósitos de lixos inadequados (lixeiros e sucatas), o abandono das actividades agrícolas, o êxodo rural e o envelhecimento da população são alguns dos problemas que temos de enfrentar na recuperação e salvaguarda da paisagem rural de Provesende. Esta só será possível de revitalizar seguindo um plano de recuperação da paisagem, tendo como objectivo a criação de um equilíbrio entre o novo e o velho, entre os habitantes e a natureza. Para atingir o objectivo que nos propomos, é cada vez mais urgente a elaboração de um programa de ordenamento do território, que não vise apenas o crescimento e o desenvolvimento de Provesende, mas a melhoria das condições de vida da população, protegendo e adaptando as paisagens existentes com a criação de novas paisagens. O Douro vive neste momento uma transformação na sua paisagem, com a mecanização da cultura vinícola, foi necessário *alargar* os socalcos para que pequenos tractores pudessem circular. Esta é uma nova realidade na paisagem duriense.

A paisagem em Provesende caracteriza-se fundamentalmente pela sua humanização e não pela sua originalidade, com acontece em quase toda a região duriense. Interpretamos por paisagem humanizada: " (...) *uma obra de arte, modelada por gerações, guiada pela experiência, pela razão e pela intuição.*"<sup>20</sup> Enquanto que no passado a acção do homem sobre a paisagem era um processo a longo prazo, pois esta estava condicionalmente ligada aos meios artesanais existentes; o mesmo não acontece actualmente, esta acção caracteriza-se pela sua rapidez e pela utilização de meios técnicos sofisticados, o que na maior parte das vezes não é sinónimo de uma boa intervenção paisagista.

---

<sup>20</sup> SOUSA, Manuel de Carvalho e – *Recuperação e Valorização Paisagística do Meio Rural*. In Actas Encontros do Património de Vila do Conde. Câmara Municipal de Vila do Conde, Vila do Conde, 2001. p. 60-65.



Como já referimos anteriormente o êxodo rural foi um dos principais factores pela adulteração cénica da paisagem de Provesende, o abandono dos espaços agrícolas e do património construído; a falta de manutenção das áreas florestais e a inclusão de novos modelos arquitectónicos são factores têm vindo a transformar a autenticidade dos meios rurais. Pois na sua maior parte não se fazem auxiliar de estudos de impacte ambiental nem de medidas minimizadoras ou compensatórias, de forma a manter o equilíbrio das paisagens envolventes de Provesende.

## 2. Arquitecturas de Provesende: caracterização e especificidades

Antes de avançarmos para o estudo das arquitecturas patentes em Provesende, parece-nos importante tecer algumas considerações relativas à noção de património vernacular, bem como algumas das suas adversidades.

Na *Charter on the Built Vernacular Heritage*,<sup>21</sup> o património vernacular é definido como a expressão fundamental da cultura de uma determinada comunidade, é a sua relação com o território/paisagem, mas ao mesmo tempo é a expressão da diversidade cultural existente no mundo. O património das nossas aldeias pode “*não ser muito espectacular mas é vivo e está mais próximo de nós e do nosso quotidiano*”.<sup>22</sup> Este património é a garantia da identidade de uma população, simboliza para as comunidades rurais, a memória colectiva de outrora. Carlos Alberto F. de Almeida<sup>23</sup>, alerta ainda para o facto do património inserido nos meios rurais, não poder ser tratado nos mesmos moldes que os monumentos históricos dos grandes centros urbanos. Daí que a classificação de núcleos rurais como Provesende, seja essencial, para evitar perdas futuras.

A aldeia de Provesende é essencialmente o reflexo da produção vinícola, ao longo da sua história, as arquitecturas que a conformam revelam uma íntima adequação ao sítio, quer na sua tipologia popular ou na mais erudita, quer na utilização dos materiais e técnicas construtivas locais.

Ao contrário do que vulgarmente se pensa, estas construções de cariz mais rico ou mais pobre, hoje têm um valor acrescido. São o fruto do saber e da experiência acumulada que ao longo do tempo construiu o lugar de Provesende e a sua memória. Assim, o património edificado que hoje vemos foi estruturado em função da vivência de uma população, cresceram e adaptaram-se para responder às suas

<sup>21</sup> Charter on the Built Vernacular Heritage, ratified by the ICOMOS 12th General Assembly, held in México, from 17-24 October 1999.

<sup>22</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – ob. cit., p. 15

<sup>23</sup> Idem, ibidem, p.13.

necessidades e usaram materiais e técnicas construtivas da região. Contrariando a classificação de “arquitecturas pobres”, onde não há arquitecto, apenas uma procura incessante de soluções para o imediato.

A partir do séc. XVIII, como já referimos anteriormente, a cultura da vinha passa a dominar a região do Douro, o clima de prosperidade atrai novos tipos sociais e fomenta a construção de novas habitações voltadas para a produção vinícola. Contudo, os edifícios que compõem o seu espaço urbano/rural de Provesende, tal como actualmente se apresentam, não traduzem de forma directa a antiguidade e monumentalidade de outrora.

O traçado urbanístico de Provesende caracteriza-se pela presença de casas de proximidade e pelas ruas que são tratadas como espaços colectivos sobrantes. O núcleo desenvolve-se ao longo de um eixo viário principal, a estrada que liga Provesende a Sabrosa. Os restantes eixos estabelecem a ligação até ao Pinhão, não havendo qualquer planeamento organizado.

A área central é balizada pela presença de quatro elementos arquitectónicos definidores de espaços: a Igreja de Matriz S. João Baptista, a Casa de Praça, o Pelourinho<sup>24</sup> e a Fonte; posicionados em forma triangular delimitando uma praça. A zona Poente, próximo da saída para Monte de S. Domingos, apresenta casas rurais mais arcaicas, quer pela sua estrutura arquitectónica como pelos arruamentos de dimensões mais exíguas, pensamos que esta zona é o núcleo inicial de Provesende.

O conjunto edificado de Provesende é composto por um aglomerado de edifícios de baixa volumetria, de um ou dois pisos, onde predomina composição mista de urbano e rural, o que constitui um interessante aglomerado. Na sua maior parte estes edifícios poderão ser datados entre os finais do séc. XVIII e princípios do XIX, onde encontrar bons exemplos de várias soluções da arquitectura da região.

Genericamente Provesende caracteriza-se pela dualidade de formas arquitectónicas, apresentando arquitecturas simples e sem grandes composições formais (de carácter vernacular) que coabitam com arquitecturas complexas e estruturalmente organizadas (de carácter mais erudito). No entanto estas duas realidades patentes na aldeia de Provesende são a expressão enraizada da tradição e cultura vinícolas. Perante este carácter dúplice, procuramos caracterizar o *Provesende urbano* e o *Provesende rural*.

*O carácter urbano de Provesende* está empregue na sua na sua complexidade estrutural patente na hierarquização dos espaços; pela tipologia dos edifícios de excelente valor patrimonial para a dimensão comum; na representação do poder político com o Pelourinho, Casa da Praça e pela Fonte, que apresenta um carácter

<sup>24</sup> Protecção: IIP, Dec. N.º23 122, DG 231 de Outubro de 1933.

extra-rural, quer pela sua ornamentação como pela qualidade arquitectónica. Todos estes valores aqui apresentados por nós ainda se encontram vivos.



Fig. 1 | Aspectos de Provesende urbano.

*Provesende é rural* pela sua envolvente paisagística, onde predominam os socalcos ou a vinha ao alto; na própria tipologia das suas edificações (casa grande com piso térreo destinado às alfaias agrícolas, adega e lagares); uso de materiais locais como o xisto; caminhos de ligação ao rio e vias de escoamento dos produtos agrícolas e vitivinícolas.



Fig. 2 | Aspectos de Provesende rural

Em 2000 é elaborado o Plano Pormenor de Provesende<sup>25</sup> (PPP), este plano têm como objectivo geral a salvaguarda e revitalização do núcleo central de Provesende. A política de intervenção seguida no PPP prevê obras de restauro em mais de 50% dos edifícios; reconstrução e renovação de edifícios existentes cerca de 35%; demolição um total de 5%, e por construção nova destinada ao sector turístico<sup>26</sup>

<sup>25</sup> O PPP elaborado pelo Arquitecto Belém Lima e equipa conjuntamente com a Câmara Municipal de Sabrosa.

cerca de 10%. No artigo 2 do PPP avança-se para a delimitação de uma área de intervenção<sup>27</sup>, os 245 imóveis contidos nesta cerca serão alvo de recuperação.

Pensamos ser necessário chamar atenção para a criação destes *guetos*, onde a intervenção no património imóvel é controlada. O que acontece a um proprietário que deseja intervir na própria habitação? Segundo o PPP deverá agir em conformidade com o estabelecido no PPP. Mas se o processo for demasiadamente burocrático e moroso? Procura-se construir fora da *cerca* onde ninguém controla, esta realidade já se encontra em expansão em Provesende.

Face diversidade de tipologias arquitectónicas presentes no aglomerado da aldeia, as quais correspondem necessariamente múltiplas arquitecturas, que se caracterizam mais pelo nível de grandeza e tratamento da fachada, do que propriamente na sua estruturação interna. Assim procuramos seguir as tipologias adoptadas no Plano de Pormenor de Provesende, a saber:

**I – Arquitectura Popular Antiga:** edifícios de tipologia rural utilizam materiais da região e sistemas construtivos simples, ligados a técnicas construtivas artesanais; revelando experiência, formalismo e tradição.



Fig. 3 | Exemplos de arquitectura popular antiga

**II – Arquitectura Popular Contemporânea:** de tipologia muitas vezes urbana vai buscar por vezes soluções empregues na arquitectura tradicional. Permeável a incorporação de outros modelos diferentes na região utiliza sistemas construtivos de série e materiais industrializados.

<sup>26</sup> O artigo 1.2 do Regulamento do PPP, prevê as condições para Provesende alcançar em pleno o estatuto de Aldeia Histórica, integrada na estratégia de qualificar o Douro como Património Mundial.

<sup>27</sup> O perímetro da intervenção têm uma área total de 13.46ha, tendo como limites: a Norte as casas novas em frente à Casa do Ratão; a Este pela Capela de Santa Catarina; a Sul pela Casa de Fundo de Vila e a Oeste pela Casa do Santo.



Fig. 4 | Um exemplo de reaproveitamento da arquitectura vernacular e um “Chalé”.

**III – Arquitectura Urbana:** segue a tipologia de casa urbana, utiliza sistemas construtivos mistos, assenta na repetição de modelos.



Fig. 5 | Exemplos de casas urbanas, Casas de Santa Catarina e Casa de Fundo de Vila.

**IV – Arquitectura Erudita Antiga:** segue uma tipologia mais erudita, tem como base a utilização de materiais nobres nos elementos que compõem a fachada, no interior são utilizados materiais locais. É uma arquitectura nobilitada, que pretende mostrar através do tratamento das suas fachadas quem é a família residente, normalmente destaca-se da arquitectura implantada na região.

Embora ainda se conserve uma harmonia nas volumetrias, o aglomerado de Provesende apresenta já algumas dissonâncias ao nível do tratamento das fachadas. Dentro das tipologias apresentadas, salientamos a presença de alguns elementos arquitectónicos<sup>28</sup> mais relevantes, como os vãos. A riqueza destes é notável, quer pela sua variedade quer pela qualidade de execução, o que traduz o apogeu económico dos seus proprietários.

<sup>28</sup> Face a quantidade de elementos decorativos (pedras de armas, escadas, rebocos, chaminés, etc.) optamos por só referir os vãos.

Com base na análise das tipologias consideramos a existência de diferentes escalas de patrimonialidade, a saber:

- 1 **Monumental Antigo:** de programa arquitectónico mais erudito patente nos seguintes edifícios: igreja, capelas, fontanário, pelourinho e casas solarengas<sup>29</sup> e brasonadas com ou sem capela anexa. Com o primeiro andar reservado a habitação e o rés-do-chão é utilizado para adegas, lagares de azeite/vinho, depósito, etc.
- 2 **Vernacular Antigo:** casas de menor programa arquitectónico, mas de maior flexibilidade, inclui-se as construções adjetivas como lagares, adegas, eiras e armazéns.
- 3 **Vernacular Recente:** distinguir as casas que têm mais pretensões, porque são grandes, porque reaproveitaram pedras de armas, ou pela utilização de colunas em granito, etc. Distinguir em primeiro lugar as casas que poderemos datar dos anos 70/80: com azulejos, cores escuras<sup>30</sup> (verde, azul, castanho, etc.); das casas mais recentes que utilizaram granito nas padieiras e como material de revestimento e cores claras (branco, cor de rosa, salmão, etc.). Estes tipos de casa correspondem a uma realidade que deve estar equacionada neste trabalho.

As escalas de patrimonialidade, por nós estabelecidas, devem de ser analisadas com base no reconhecimento da origem do objecto ou seja, a autenticidade de Provesende, o factor de antiguidade e a sua representação do passado no presente e por fim a categoria se é igreja, solar ou adega que na sua gestão tem de tratamentos diferentes. A identidade de Provesende está na funcionalidade das habitações onde erudito e vernacular se aproximam, ao reservar o andar inferior para as alfaias agrícolas, produção e armazenamento de vinho. Os materiais utilizados nas construções eram na sua maioria os que abundavam na região, com o xisto. O emprego de materiais de fora, está certamente relacionado com o poder económico. O xisto é utilizado tanto nas construções eruditas como nas vernaculares, com a função de revestimento interior (paredes e pavimentos), raramente era utilizada como pedra de cantaria. A distinção assentava no tratamento das fachadas ao nível do andar superior, esta era tida como um reflexo, ou melhor um espelho de quem nela habitava

<sup>29</sup> FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime Barros – *A casa nobre no Porto na época moderna*. Lisboa, Edições Inapa, Coleção Portucale, 2001.

<sup>30</sup> AGUIAR, José – *Core cidade histórica. Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto, FAUP, 2002.



Fig. 6 | Casa do Santo, Casa da Calçada, Igreja Matriz de S. João Baptista, Casa do Ratão, Casa dos Belezas, Casa do Bastardo e Casa da Praça.

### 3. Os Programas de Recuperação dos Núcleos Rurais: o caso das Aldeias Vinhateiras

O presente trabalho, como revela o título, tem como objecto de estudo o núcleo rural de Provesende. Sendo essencial determinar o que se entende por Aldeia Vinhateira, em que consiste, e quais os seus objectivos, são alguns dos pontos que pretendemos abordar.

Nas últimas décadas em Portugal temos vindo a assistir a um aumento do declínio económico e social nos meios rurais, com crescente falta de postos de trabalho, os baixos salários, etc., factores que levam a um aumento do êxodo rural. Esta crise atinge de norte a sul as nossas aldeias, tem vindo a preocupar as instituições e organismos nacionais e locais responsáveis pela criação e implementação das políticas de desenvolvimento rural. O principal objectivo destas políticas de desenvolvimento rural é a recuperação económica das aldeias portuguesas e a revitalização do seu património. Embora nestes programas sejam contempladas e financiadas as acções de requalificação arquitectónica e urbanística do núcleo mais antigo da aldeia ou o seu “*centro histórico*”, o principal intuito é a valorização do potencial turístico destes aglomerados rurais.

Para melhor entender como funcionam os programas destinados a definir e valorizar os centros rurais ou mais recentemente denominados por *Aldeias Históricas*, analisemos o Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional

(PPDR), vulgarmente conhecido por *Programa das Aldeias Históricas*, foi criado na última década do séc. XX.

O PPDR abrange cerca de dez aldeias<sup>31</sup> localizadas na região centro/raiana, todas elas são detentoras de um património histórico e arquitectónico proeminente. O principal objectivo atingir nas aldeias históricas, é estagnar o processo de degradação patrimonial e económica, que estas apresentavam. Na primeira fase da intervenção, foram recuperados os monumentos e as fachadas dos imóveis, procedeu-se ao enterramento dos cabos eléctricos e comunicações, instalação da rede de água e saneamento, criação de novas estruturas de hotelaria e turismo, requalificação de espaços verdes e melhoramento das vias de comunicação e acessibilidade. Assim nesta primeira fase foi incrementado um conjunto de medidas de natureza infra-estrutural. A segunda fase de dinamização socio-económica só avançou em 1998, era cada vez mais urgente “ (...) tornar as aldeias não apenas visitáveis, mas também habitáveis.”<sup>32</sup>

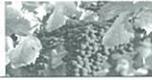
Importa porém salientar que o *Programa das Aldeias Históricas* se aproxima do paradigma do Concurso da *Aldeia mais Portuguesa de Portugal*. Note-se que este concurso estava subjacente uma ideologia política, no entanto, o facto de se querer preservar um património, promovendo-o turisticamente, é uma concepção que ainda hoje se mantêm.

Durante o Estado Novo, foram organizados em Portugal três eventos, que viriam a marcar a sociedade da época: a Exposição Colonial do Porto (1934), o Concurso para eleger a Aldeia mais Portuguesa de Portugal (1938) e a Exposição do Mundo Português (1940). Estes eventos são o reflexo pelo fascínio imperial, pela constante necessidade de justificar a grandeza do país, pela necessidade de legitimar os valores que vêm do povo e devem conduzir a nação ou mesmo pela forte afectividade com a História repleta de heróis e mártires. Em suma realização de «actos comemorativos», procurava enaltecer a alma nacional, apontar ao povo português a identidade de um país que vivia segundo a história, o povo, a tradição, a raça e a fé cristã.

Ao impulsionar o concurso que visava assinalar a aldeia mais característica de Portugal, procurou-se: “... não só escolher uma aldeia particularmente típica ou preservada, mas essencialmente legitimar um modelo de sociedade ruralista, feito de

<sup>31</sup> O PPDR contempla dez aldeias do interior raiano, a saber: Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão e Sortelha.

<sup>32</sup> PORTELA, J. – *A Integração no Desenvolvimento Rural Pura Retórica?* In *Actas Desenvolvimento Rural – Desafio e Utopia?* Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999, p. 55-67.



*habitualidade e tradição.*"<sup>33</sup> António Ferro, membro do Secretariado da Propaganda Nacional, concebeu e organizou o *Concurso da Aldeia mais Portuguesa de Portugal*. A atribuição do "*Galo de Prata*", visava distinguir de entre todas as aldeias portuguesas, aquela que de forma mais perfeita tinha conservado a "*autenticidade, peregrinidade e a tradição*"<sup>34</sup>. No anúncio da aldeia vencedora, António Ferro fez referência as suas qualidades: "*Monsanto é mais uma fortaleza moral da nossa terra, síntese das virtudes da raça, nossa rígida bandeira de pedra. A pequenina mas altaneira terra beiroa, com alma de Portugal em seus braços erguidos, tornou-se um símbolo. Monsanto é, de facto, a imagem empolgante da nossa pobreza honrada e limpa, que não inveja nem quer a riqueza de ninguém, selo da pátria espiritual que fomos e queremos ser.*"<sup>35</sup> A aldeia de Monsanto não era mais do que uma idealização, numa pequena escala do que deveria ser o país, autêntico, imortal e tradicionalista.

Em 1970 é implementado na região Trás-os-Montes, o *Programa das Aldeias Melhoradas*, cujos objectivos são semelhantes ao programa das Aldeias Históricas. Ainda dentro do mesmo espaço geográfico, em 1980, é desenvolvido um novo *Programa de Desenvolvimento Rural do Interior de Trás-os-Montes* (PDRITM), com objectivo a criação de *Centros de Apoio Rural*. As acções destes pólos de desenvolvimento rural incidiam na melhoria da qualidade de vida das populações, ao investir nas vias de comunicação, saneamento básico, equipamentos escolares e de saúde. Esperava-se que ao reunir condições para a fixar a população, se poderia rentabilizar o desenvolvimento agrícola e a modernização das estruturas de produção.

O arranque do III Quadro Comunitário de Apoio (III QCA) que decorre do interesse da União Europeia (UE) pelo património rural, nomeadamente pela arquitectura: "*(...), acaba de descobrir o valor patrimonial da arquitectura tradicional, camponesa, fruto da experiência de gerações, tão distribuída e variada pelos nossos territórios e tão ligada à paisagem, aos homens, aos seus trabalhos agrícolas e aos seus hábitos.*"<sup>36</sup> Multiplicam-se assim as acções governamentais para aplicar o modelo do *Programa das Aldeias Históricas* a outras regiões do país. As grandes prioridades nacionais foram definidas tendo em conta o fraco desenvolvimento económico e a baixa densidade populacional. As regiões de maior risco eram: o

<sup>33</sup> CUNHA, Luís – *A Nação nas Malhas da sua Identidade. O Estado novo e a construção da identidade nacional*. Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, Edições Afrontamento, 2001, p.35.

<sup>34</sup> Idem, *ibidem*, p.32.

<sup>35</sup> Idem, *ibidem*, p. 60.

<sup>36</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Património: seu entendimento e sua gestão*. Porto: Etnos, 1998, p. 14.

Alto Minho, interior do Algarve, Alentejo<sup>37</sup> e o Vale do Douro. A par do *Programa das Aldeias Históricas*, foram criados os *Centros Rurais*, estes partiram do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, do Ministério do Planeamento e do Ministério do Emprego e Segurança Social. As suas directrizes eram semelhantes aos extintos *Centros de Apoio Rural*, criados pelo PDRITM, melhorar a qualidade de vida das populações e valorizar os recursos locais, nomeadamente patrimoniais, turísticos e agrícolas.

Outras iniciativas tem vindo a ser desenvolvidas localmente ou regionalmente, como por exemplo, no interior Norte estão a ser elaborados programas que procuram potenciar o desenvolvimento económico e social, tais como: *Programa das Aldeias de 4ª Geração*, *Programa das Aldeias Fronteiriças* ou o *Programa das Aldeias da Terra Quente*. Estes projectos são da iniciativa da Federação dos Agricultores de Trás-os-Montes e Alto Douro, da Associação de Municípios da Terra Fria e da Fundação Rei Afonso Henriques, respectivamente.

Centremo-nos pois na região duriense, para a qual surge ao *Programa das Aldeias Vinhateiras*. Em 2001 sob a tutela do Ministério do Planeamento, são seleccionadas cinco aldeias da Região Demarcada do Douro, para integrarem numa rede de aldeias ligadas a produção vinícola, constituída pelas aldeias de Ucanha e Salzedas (concelho de Tarouca); Barcos (concelho de Tabuaço); Favaios (concelho de Alijó) e Provesende (concelho de Sabrosa). O *Programa das Aldeias Vinhateiras* é financiado por uma das doze Acções Integradas de Base Territorial, (AIBT). Estas constituem instrumentos específicos dirigidos ao desenvolvimento da região interior do país. No âmbito do III QCA e de acordo com o Ministério do Planeamento a AIBT-Douro ou Medida 2.1 está inserida dentro do Eixo Prioritário II do Programa ON (Operacional Norte), instruído pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte, CCDRN.

No quadro I, pretendemos traçar as principais linhas de acção da AIBT-Douro<sup>38</sup>, estas dividem-se em três vectores: qualificação do território e reforço da articulação dos seus actores; valorização do potencial endógeno, reforço da competitividade regional e intempéries. Os objectivos traçados para as *Aldeias Vinhateiras* têm como base as medidas apresentadas no quadro I, sendo de destacar: a promoção e dinamização socio-económica dos aglomerados rurais e a divulgação do potencial turístico do Douro, na sua vertente natural, cultural e vinhateira. A selecção de

<sup>37</sup> Actualmente está a ser elaborado para a região da barragem do Alqueva, a criação de uma *Rede das Aldeias da Água*.

<sup>38</sup> Fonte: CCRN (2002) Programa Operacional da Região do Norte – Complemento de Programação.



Provesende<sup>39</sup> para integrar o *Programa das Aldeias Vinhateiras*, teve como critérios: o facto da actividade económica dominante ser vitivinicultura, o seu património imóvel como características quase únicas na região e a figura de José Pinheiro da Veiga, responsável pela descoberta da *cura* para a filoxera, praga que dizimou grande parte das vinhas do Douro.

**Quadro 1 – Tipologia de acções e sub-acções da AIBT-Douro**

Qualificação do território e reforço da articulação dos seus actores	Valorização do potencial endógeno e reforço da competitividade regional	Intempéries
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforço dos centros históricos durienses;</li> <li>Qualificação ambiental de espaços urbanos;</li> <li>- Criação de uma rede de aldeias e valorização do património rural;</li> <li>- Recuperação de edifícios de valor patrimonial;</li> <li>- Implementação de projectos digitais para reforçar a articulação e a coesão institucional do Douro;</li> <li>- Lançamento de projectos demonstrativos da aplicação das novas tecnologias ao ordenamento e planeamento do território.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Defesa e valorização do património agro -genético regional;</li> <li>- Promoção dos produtos agro-alimentares;</li> <li>- Apoio a dinâmicas de valorização dos vinhos do Douro;</li> <li>- Promoção e reforço da componente de investimento e experimentação no sector agro -florestal;</li> <li>- Acções de estímulo à organização sócio -profissional dos sectores económicos tradicionais;</li> <li>- Estruturação da oferta turística regional, consolidando e lançando novos projectos turísticos integrados;</li> <li>- Serviços e infra-estruturas de apoio aos prestadores de serviços turísticos da Região;</li> <li>- Acções inovadoras de carácter demonstrativo em componentes relevantes da oferta turística regional;</li> <li>- Reforço da articulação institucional dos actores turísticos do Douro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acções que visem a reconstrução/recuperação de equipamentos e infra-estruturas afectados por condições climatéricas excepcionalmente adversas.</li> </ul>

Depois de analisar, os vários programas de desenvolvimento dos núcleos rurais que têm vindo a ser aplicados nas regiões interiores, confrontámo-nos com a urgência de conhecer os seus resultados. Na nossa opinião, e tendo como base a observação de alguns casos, parece-nos que o balanço final destas intervenções,

<sup>39</sup> O artigo 1.2 do Regulamento do Plano Pormenor de Provesende, prevê as condições para Provesende alcançar em pleno o estatuto de Aldeia Histórica, integrada na estratégia de qualificar o Douro como Património Mundial.

não corresponde as expectativas iniciais, muitos dos programas de revitalização dos núcleos rurais não foram postos em prática, os que o foram não conseguiram cumprir os objectivos a que se propuseram. As medidas iniciais em que todos os programas fracassaram, foram: o combate à desertificação populacional e ao contínuo declínio económico, latente na maioria das aldeias intervencionadas. Torna-se pois necessário questionar o formato e o modo em que estes programas são elaborados, mas principalmente a sua aplicabilidade e impacto perante a realidade das nossas aldeias. A elaboração de um projecto deste cariz deve obedecer a uma estrutura hierárquica ou seja, não pode ser realizado sem a participação da população local nem das autarquias, ou outras entidades locais. Sem a sua colaboração, o programa é mais um conjunto de medidas políticas territoriais sem qualquer viabilidade prática.

Sendo a principal actividade económica das aldeias a agricultura, é o turismo o sector económico mais contemplado pelos programas. No caso da região duriense onde predomina um só produto agrícola o vinho, por diversas vezes foi proposto para a região outros tipos de culturas agrícolas, uma vez que a monocultura pode ser passível de infortúnios, como o da filoxera no séc. XIX. Mas será o turismo a solução? Tal como a vitivinicultura é uma monocultura, também o turismo é uma monoactividade, instável e sazonal. Se analisarmos os índices de ocupação hoteleira nos equipamentos existentes no Douro, verificamos um acréscimo durante o período de verão com maior incidência no mês de Setembro, período em que se realizam as vindimas. O que nos leva mais uma vez a questionar, como será o possível o desenvolvimento rural se estiver unicamente vocacionado para a acção turística e hoteleira. São vários os exemplos que poderíamos apresentar, no entanto pensamos que o turismo pode ser um recurso para o desenvolvimento rural desde que, conciliado com outros sectores económicos, nomeadamente com a manutenção e a modernização das actividades agrícolas, criando condições para a fixação das populações.

Após a execução da primeira parte do programa de revitalização de núcleos rurais, a recuperação arquitectónica do núcleo antigo, surge uma outra dificuldade, a dinamização social da aldeia. Esta dinamização deverá assentar em propostas capazes de atrair a população e de promover o seu desenvolvimento económico a longo prazo.

Perante os insucessos das intervenções anteriormente apresentadas, é imprescindível examinar a estruturação e metodologias empregues nos programas de revitalização das aldeias. O que só será possível com a intervenção directa da população e dos organismos locais em todas as fases do processo, ficando assim



garantida a articulação entre os diferentes elementos infra-estruturais, sociais e económicos. Por vezes esta articulação falha, na medida em que os programas são abandonados, é necessário responsabilizar nas populações locais na concretização destes planos.

A criação de uma *Rede de Aldeias Histórias* ou de *Aldeias Vinhateiras*, pode atingir aspectos positivos, ao desenvolver uma consciência patrimonial colectiva, na medida em que alerta para a existência de espaços patrimoniais ignorados e desvalorizados. Este património estará irremediavelmente condenado, caso não haja uma educação patrimonial junto da comunidade, alertando-os e responsabilizando-os para as perdas irreparáveis do seu desaparecimento, uma vez que são os seus titulares.

Paulo Peixoto<sup>40</sup> alerta para o facto de nos dias de hoje, se inflacionar o património, ao promover a sua utilização em excesso. Somos então conduzidos a questionar, qual será o impacto da descoberta do património rural? Será este património construído o principal símbolo de identidade de Provesende? O referido autor aponta alguns vectores que, estão na génese da descoberta do património rural: “ (...) o processo de transformação recente do mundo rural; o processo de histeria patrimonial e o processo de procura de um espírito de lugar.”<sup>41</sup> Ou seja o património rural não é de todo desconhecido<sup>42</sup>, apenas tem sido ignorado.

Em suma as medidas apresentadas procuram travar o aumento das ameaças sobre o mundo rural, o que consequentemente provoca um aumento das preocupações com o património existente nestes núcleos. Para que todas estas iniciativas de revitalização atinjam os objectivos anteriormente delineados, é necessário o enraizamento social e institucional local. Podendo assim ser evitada a transmutação das aldeias em “reservas etnográficas” ou mesmo na proliferação de “um Portugal das aldeias”, que mais não serve do que para sustentar um neo-ruralismo de índole folclórica, fazendo esquecer os principais problemas dos territórios rurais. A excessiva descoberta do mundo rural e do seu património, pode significar dentro de uma política turística, a morte do rural.

<sup>40</sup> PEIXOTO, Paulo – *Os meios rurais e a descoberta do património*. Centro de Estudos Sociais – Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas, FEUC, Coimbra, 1998, p. 2.

<sup>41</sup> Idem, *ibidem* 3.

<sup>42</sup> Lembramos alguns dos programas de revitalização dos núcleos rurais datam da 1ª metade do séc. XX, saliente-se ainda a elaboração do inquérito da arquitectura popular portuguesa, realizado pela Associação de Arquitectos.

## Conclusão

Para além do seu valor histórico o núcleo rural de Provesende, apresenta uma proliferação de arquitecturas que aí se geraram, sendo possível destacar algumas ideias base com que ficamos:

- a classificação do núcleo de Provesende, como aldeia vinhateira, não pode ser entendido como um prenúncio de cristalização, mas sim como um plano de dinamização e desenvolvimento do património da região.
- a especificidade de factores socio-económicos presentes em Provesende, tem apostado numa monoactividade turística o que consideramos não ser o mais viável. Devem de ser contemplados outros sectores económicos. Os programas de revitalização para o meio rural, devem de assentar no interesse local e regional, apostando no envolvimento da população, seria uma das hipóteses para salvaguardar e preservar o património rural, cuja continuidade está seriamente ameaçada.
- o vasto património arquitectónico de Provesende pode ser considerado representativo de uma área geográfica, relativamente às condições do lugar, da sociedade e da economia.
- o percurso histórico de Provesende atinge o auge no séc. XVIII e prolongando-se até meados do séc. XIX, com a concentração de famílias que desenvolvem as próprias economias da região, ocorrendo a proliferação de uma série de construções de valor patrimonial extraordinário para a dimensão comum.
- o carácter urbano/rural do núcleo de Provesende, evidencia-se pela sua grande qualidade estética, sendo sua expressão o uso de materiais e técnicas de construção tradicionais.
- a arquitectura "ainda existente" apresenta-se como identidade da função produtiva do Douro Vinhateiro. O andar inferior das habitações, independentemente do seu carácter erudito ou vernacular, destina-se a produção vitivinícola.

## Bibliografia

- AA.VV. – *Encontros na Casa da Calçada: O Douro em Debate. Actas I e II*. Porto: GEHVID, Cadernos da Revista Douro -Estudos e Documentos, nº4, 2000.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Património: seu entendimento e sua gestão*. Porto: Etnos, 1998.
- AZEVEDO, Correia de – *Brasões e casas brasonadas do Douro*. [s. l.:s.n.], 1974.
- COSTA, P.º Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra 1959.



- CUNHA, Luís – *A Nação nas Malhas da sua Identidade. O Estado novo e a construção da identidade nacional*. Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, Edições Afrontamento, 2001.
- FERREIRA, Natália Maria Fauvrelle da Costa – *Quintas do Douro – As Architecturas do Vinho do Porto*. Dissertação de Mestrado em História da Arte, Porto: FLUP, 1999.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime Barros – *A casa nobre no Porto na época moderna*. Lisboa, Edições Inapa, Coleção Portucale, 2001.
- FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da – *As demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto, Instituto do Vinho do Porto, 3 vols., 1949-1951.
- FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da – *As demarcações Marianas no Douro Vinhateiro*. Porto, Instituto do Vinho do Porto, 1996.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de – *Arquitetura tradicional portuguesa*. 2ª edição, Lisboa, Edições D. Quixote, 1994.
- PEIXOTO, Paulo – *Os meios rurais e a descoberta do património*. Centro de Estudos Sociais – Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas, FEUC, Coimbra, 1998.
- PEREIRA, Gaspar Martins – *O Douro e o vinho do Porto: de Pombal a João Franco*. Porto, Edições Afrontamento, 1991.
- PINHO LEAL, Augusto Barbosa de, FERREIRA, Pedro Augusto – *Portugal Antigo e Moderno [...]*, 12 vols., Lisboa, Livraria Editora de Matos Moreira e Cª – Livraria Editora de Tavares Cardoso, 1873-1890.
- PLANO INTERMUNICIPAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO ALTO DOURO VINHATEIRO: *Relatório – Diagnóstico da Situação*, vol. I, UTAD, FEDER-ON, 2001.
- SAAVEDRA, José Augusto Pinto da Cunha – *Provezende: o templo romano de Santa Marinha*. Lisboa, 1935.
- SIPIDOURO – *Programa das Aldeias de Quarta Geração de Trás-os-Montes e Alto Douro: concepção geral do programa*. Vol. 1, Vila Real, 2001.
- SIPIDOURO – *Programa das Aldeias Fronteiriças: relatório síntese do programa*. Vila Real, 2001.
- SOEIRO, Teresa; ROSAS, Lúcia Maria Cardos; FAUVRELLE, Natália – *O Património vernacular construído do Alto Douro Vinhateiro: ritmos e valores*. In Douro – Estudos & Documentos. GHEVID. Vol. 7, nº14, Porto, 2002.

